

## BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL: A IMPARCIALIDADE NA (RE)CONSTRUÇÃO DE OBJETO DE DISCURSO

Dean Guilherme Gonçalves LIMA<sup>21</sup>

Ana Cristina CARMELINO<sup>22</sup>

**Resumo:** Este artigo busca caracterizar o gênero Boletim de Ocorrência Policial (BOP), produzido pelos Policiais Militares do Espírito Santo, com base nos pressupostos teóricos de Bakhtin (1992), bem como mostrar, à luz da Linguística Textual, como se efetiva o processo de (re)construção do objeto de discurso causador do delito (o agente), por meio das expressões nominais referenciais que constam do Histórico do BOP. O estudo permitiu constatar que, em geral, as estratégias de referenciação usadas pelos policiais mantêm alguns princípios que são fundamentais a essa prática social: a imparcialidade e a impessoalidade do texto.

**Palavras-chave:** Gênero BOP. Referenciação. Ensino.

**Résumé:** *Cette article cherche caractériser le genre rapport de police, confectionné pour les gendarmes de la Policie Militaire de L'Espírito Santo, basée sur l'hypothèses de Bakhtin (1992), et aussi montrer, basée sur la Linguistique Textuelle, comment l'objet de discours «l'auteur de l'infraction» (l'agent) est construit et reconstruit au cours des rapports de police, dans un processus de référentiation, à travers les expressions nominales qui sont dans le champ «Historique» du rapport de police. L'étude a permis vérifier qui, en général, stratégies textuelles sont utilisées par les gendarmes dans cette pratique sociale de garder quelques principes qui sont fondamentaux: l'impartialité et l'impersonnalité dans le texte.*

**Mots-clés:** *Genre Rapport de police. Referentiation. Enseignement.*

---

<sup>21</sup> Mestrando em Estudos Linguísticos do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGEL-UFES), Vitória, Espírito Santo, Brasil. E-mail: deanguilherme@hotmail.com

<sup>22</sup> Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Unesp/Car; Professora Adjunta do Departamento de Letras da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), São Paulo, Brasil. Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGEL -UFES), Vitória, Espírito Santo, Brasil. E-mail: anaciscarmelino@gmail.com

## Considerações iniciais

O Boletim de Ocorrência Policial (doravante BOP) é um dos gêneros mais comuns na atividade policial militar. Apesar de pouco trabalhado nos cursos de formação, o documento é de extrema importância, seja pela necessidade de se fazer um registro por escrito o mais fidedigno e imparcial possível da ocorrência que motivou a sua confecção, seja pelo auxílio que fornece à Secretaria do Estado de Segurança Pública (SESP), no mapeamento das áreas com alto índice de criminalidade.

Partindo dessas considerações, este artigo<sup>23</sup> tem dois objetivos. Além de caracterizar o BOP, pretende mostrar quais estratégias textuais são usadas pelos policiais nessa prática social-discursiva para manter alguns princípios que lhe são fundamentais: a imparcialidade e a impessoalidade do texto. Neste caso, buscamos verificar, mais especificamente, como o objeto de discurso causador do delito – “o agente” – é construído e reconstruído ao longo dos textos de BOPs, num processo de referenciação.

Como todos os fatos e acontecimentos relacionados à ocorrência policial devem ser relatados a fim de levar às autoridades a notícia de alguma infração penal, e como o sentido das palavras não está dado e nem é algo pronto, mas é discursivamente construído e suscetível de se transformar o tempo todo, questionamos se há ou não imparcialidade na (re)construção do objeto de discurso causador do delito.

Para isso, selecionamos vinte BOPs, cedidos e autorizados pela Diretoria de Comunicação Social da PMES, que abordam diferentes casos, e fizemos o levantamento quantitativo e qualitativo das diversas formas por meio das quais o Policial Militar se refere ao causador do delito (agente), construindo ou reconstruindo esse objeto de discurso por meio de expressões nominais que constam do Histórico do BOP, parte do documento em que são narrados os fatos pelos policiais.

O referencial teórico adotado para fundamentar as análises advém dos pressupostos teóricos de Bakhtin (1992) e de seu Círculo, para a caracterização do gênero BOP, e da Linguística Textual de base sociocognitiva e interacional, com relação ao processo de

---

<sup>23</sup> Convém esclarecer que parte deste texto é fruto de uma pesquisa iniciada na graduação, como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), na Universidade Federal do Espírito Sant, que se estende na pós-graduação.

referenciação. Neste caso, tomamos como fonte especialmente os trabalhos de Mondada e Dubois (2003), Koch (2002, 2009) e Cavalcante (2011, 2013).

Convém salientar que este estudo pretende servir como material de ensino do BOP para Policiais Militares da PMES, nas Academias de Polícia. A proposta é conscientizar os policiais sobre como as escolhas linguísticas podem influenciar diretamente na objetividade-neutralidade quando da elaboração do gênero e na imparcialidade dos Militares em relação aos acontecimentos de que tomam(ram) conhecimento e/ou presenciam(ram).

A fim de tornar clara a explanação dos dados, estruturamos o texto da seguinte forma: tecemos algumas considerações sobre conceito de gênero, orientando-nos na perspectiva dialógica de Bakhtin e, a partir delas, caracterizamos o BOP; na sequência, tratamos do processo de referenciação e construção de objetos de discurso por meio de expressões nominais referenciais, analisando nos BOPs a (re)construção do “agente” do delito.

### **O gênero segundo os pressupostos bakhtinianos e a caracterização do BOP**

As reflexões desenvolvidas nos trabalhos de Mikhail Bakhtin e de seu Círculo são de fundamental importância para a compreensão, numa perspectiva dialógica da linguagem, do que sejam os gêneros do discurso. É a partir delas que passamos a compreender que a nossa escrita e a nossa fala se dá por meio de enunciados em suas formas relativamente estáveis (os gêneros); e que esses enunciados estão vinculados a uma situação, um tempo e lugar histórico-sociais sendo, portanto, irrepetíveis.

Para Bakhtin (1992, p. 279), os gêneros, que se inserem em uma dada esfera de comunicação, são “tipos relativamente estáveis de enunciados” e apresentam três dimensões que os caracterizariam: a forma composicional, o conteúdo temático e o estilo. Entretanto, diversos pesquisadores (cf. BRAIT, 2012; RODRIGUES, 2005; ROJO, 2005) afirmam que entender os gêneros apenas por meio de tais dimensões é reduzir, em muito, a concepção construída nos trabalhos do Círculo.

Os sujeitos, locutor e interlocutor, nessa perspectiva dialógica – que entende “a língua em sua integridade concreta e viva” (BAKHTIN, 2008, p. 207), – sempre participam da construção dos sentidos do texto. O interlocutor não é passivo no processo de comunicação, mas,

ao perceber e compreender o significado (linguístico) do discurso, ocupa simultaneamente em relação a ele uma ativa posição responsiva: concorda ou discorda dele (total ou parcialmente), completa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo etc. [...] Toda compreensão é prenhe de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante (BAKHTIN, 2006, p. 271).

No texto “Peculiaridades do gênero, do enredo e da composição das obras de Dostoiévski”, por exemplo, Bakhtin (2008) acrescenta que é importante considerar a tradição em que um dado gênero se insere (do ponto de vista sincrônico e diacrônico), pois:

ao nascer, um novo gênero nunca suprime nem substitui quaisquer gêneros já existentes. Qualquer gênero novo nada mais faz do que completar os velhos, apenas amplia o círculo de gêneros já existentes. [...] o novo gênero torna os velhos, por assim dizer, mais conscientes, fá-los melhor conscientizar os seus recursos e limitações, ou seja, superar a sua ingenuidade (BAKHTIN, 2008, p. 340).

Na atividade policial militar, diversos gêneros do discurso são produzidos – caso de ofício, despacho, comunicação de acidente, atestado de origem, sindicância, entre outros. No entanto, no policiamento ostensivo, denominado atividade-fim – atividade para qual o Policial é formado e que compreende o policiamento a pé, de viatura, de moto, de bicicleta e outros –, o gênero mais confeccionado é o BOP.

Como pouco se tem de registro documental e estudos sobre a história da PMES, raríssimas são as informações sobre os modelos de BOPs ao longo dos 180 anos dessa instituição no Espírito Santo. O que se sabe apenas por relato de coronéis aposentados, como o do Coronel Gelson Loiola<sup>24</sup>, é que o registro de ocorrência se inicia em 1977 com o advento do serviço de rádio patrulha<sup>25</sup> e que este era feito em folhas avulsas, a próprio punho, mas com uma estrutura semelhante ao do modelo que utilizamos neste trabalho (figuras 2 e 3), existente há 50 anos.

Desse modo, é necessário ressaltar que não há muitos trabalhos que tratam do BOP. Uma pesquisa sobre o tema revela: uma tese de doutorado que apresenta reflexões sobre o gênero BOP com base na Análise do Discurso Francesa (ALKIMIN, 2004); duas dissertações de mestrado, uma que aborda a dêixis espacial em BOPs da PMMG (TRISTÃO, 2007) e outra que faz um estudo sobre a terminologia utilizada em Boletins de Ocorrência da Polícia Civil

---

<sup>24</sup> Coronel aposentado da PMES, pesquisador da história da PMES. Bacharel e Professor de Direito. Especialista em Ensino Superior.

do RS (COSTA, 2009); e um trabalho de conclusão de curso que busca mostrar a (re)construção do objeto de discurso “agente” em BOPs da PMES (LIMA, 2014).

O *Dicionário de gêneros textuais* (2008), de Sérgio Roberto Costa, conceitua “Boletim” a partir das seguintes considerações: “Boletim policial ou militar: comunicado (v) sobre operações policiais ou militares”. O mesmo ocorre com a definição do verbete “Boletim” que consta do dicionário eletrônico Caldas Aulete: “Em delegacia policial, registro e descrição de um fato criminal, de uma queixa, de um acidente etc. [Comumente designado B.O.]”. O dicionário eletrônico Houaiss simplifica as considerações ao termo: “1.1 comunicado sobre operações policiais ou militares”.

Diante da escassez de trabalhos e informações sobre o BOP, buscamos, a partir de vinte exemplos, caracterizar essa prática social. Com base nos pressupostos bakhtinianos, começamos pelas suas condições de produção. A emergência do BOP é motivada pelas ocorrências geradas pela população via chamada telefônica 190 e levadas à Polícia Militar, tais como: vias de fato, furto em estabelecimento comercial e roubo. São essas ocorrências que são alçadas pelo policial como objeto de relato.

Todos os fatos e atividades relacionados às ocorrências devem, portanto, ser relatados pelo(s) Policial(is) que atendeu(ram) o(s) solicitante(s) a fim de levar à autoridade judiciária de plantão a notícia de alguma infração penal para que sejam tomadas as medidas cabíveis: seja a autuação do infrator, seja sua liberação após assinatura de um termo circunstanciado.

O gênero BOP mostra, com a explicitação verbal do acontecimento motivador, a sua dupla orientação: constitui como uma reação-resposta a esses enunciados (o fato) e busca a atitude responsiva ativa do seu interlocutor (a autoridade policial). É o que podemos conferir no exemplo que segue ilustrado pela figura 1:

---

<sup>25</sup> Serviço de atendimento de ocorrências.

**Figura 1<sup>26</sup> – Campo V – Histórico do BOP**

POR DETERMINAÇÃO DO CIODES PROSSEGUIMOS À RODOVIA [REDAZIDO], Nº [REDAZIDO], BAIRRO [REDAZIDO], PARA AVERIGUAR UMA VIAS DE FATO EM QUE UMA MULHER HAVIA PULADO NO QUINTAL DO QTH SUPRACITADO. CHEGANDO NO LOCAL, AVIÁSTAMOS UMA MULHER NO QUINTAL DA CASA, MUITO ALTERADA E VISIVELMENTE EMBRIAGADA, E O SOLICITANTE [REDAZIDO], [REDAZIDO] ANOS, QUE NOS INFORMOU QUE A MULHER QUE ESTAVA EM SEU QUINTAL, IDENTIFICADA COMO [REDAZIDO], [REDAZIDO] ANOS, HAVIA INVADIDO-O APÓS PULAR O MURO DA RESIDÊNCIA, E ESTAVA CAUSANDO TRANSTORNO A ELE E SUA FAMÍLIA, XINGANDO A TODOS, BÁTENDO EM SEU PORTÃO, DERRUBANDO OBJETOS E AMEAÇANDO COLOCAR FOGO NO CAMINHÃO DE [REDAZIDO]. DIANTE DOS FATOS, CONDUZIMOS A SENHORA [REDAZIDO] ATÉ O DPJ DE [REDAZIDO] NO COMPARTIMENTO DE SEGURANÇA DA VIATURA, SEM ALGEMAS, E A ENTREGAMOS COM LESÕES APARENTES, QUE A PRÓPRIA [REDAZIDO] PROVOCOU AO CAIR DIVERSAS VEZES NA RUA DEVIDO AO SEU ESTADO DE EMBRIAGUEZ, PARA QUE A AUTORIDADE POLICIAL DE PLANTÃO TOMASSE AS MEDIDAS CABÍVEIS REEFERENTES AO CASO. INFORMO AINDA

Fonte: Disponível em: <<http://delegaciaonline.sesp.es.gov.br/deon/xhtml/home.jsf>>. Acesso em: 5 ago. 2015.

Nesse exemplo, vemos que os militares se dirigem a um determinado lugar para “averiguar uma vias de fato” (linha 2), tomar as medidas que lhes competem (ouvir os envolvidos para entender o que está acontecendo) e dar um fim ao episódio, com a condução de todos para a Delegacia.

Por essa razão, o BOP tem por finalidade registrar o que aconteceu. Convém acrescentar que, no estado do Espírito Santo, outra finalidade essencial desse documento é auxiliar no mapeamento das áreas com alto índice de criminalidade. Tais registros servem para indicar quais são as regiões onde ocorrem mais homicídios, por exemplo. Essa atividade é feita pela Secretaria do Estado de Segurança Pública (SESP/ES), que planeja as atividades do programa “Estado presente”, desenvolvidas pela equipe do ex-governador do Estado, o senhor Renato Casagrande (cujo mandato foi de 2011 a 2014).

No que tange à forma composicional, podemos constatar que a confecção do BOP não é livre. Trata-se de um documento padronizado, constituído de duas folhas, geralmente preenchidas à mão – posteriormente, digitadas –, pelo Policial na Delegacia. Na primeira folha, são preenchidas as informações colhidas no local da ocorrência policial nos campos pré-determinados. Na segunda folha, os campos “IV - Dados referentes à prisão”, “VI - Termo de compromisso” e “VIII - Recibo da autoridade ou seu representante” não são preenchidos pelos Policiais Militares. Apenas o campo “V - Histórico” o é. Entretanto, no campo do Histórico, como bem salienta Tristão (2007), “não há uma estrutura textual rígida a ser

<sup>26</sup> Todos os textos analisados tiveram os nomes das partes envolvidas na ocorrência apagados.

seguida. Observa-se que há uma abertura para o policial narrar os dados que colheu e observou no local da ocorrência” (p. 24-25).

O BOP é constituído de quatro campos principais, a saber: [1] dados referentes à ocorrência: nesse espaço, registram-se os principais dados da ocorrência – data, horário e local do fato; [2] dados referentes às pessoas envolvidas na ocorrência: campo no qual se registram os dados pessoais (nome, RG, endereço) das pessoas envolvidas na ocorrência; [3] descrição dos materiais apreendidos/recolhidos: espaço em que são descritos os materiais que se relacionam com a ocorrência e foram apreendidos/recolhidos pelos policiais; e [4] histórico: local destinado ao relato do fato, acontecimento e da ação policial. É o que podemos observar nas figuras que seguem (2) e (3), as quais ilustram um modelo do documento na íntegra.

---

O propósito foi respeitar o sigilo dessas informações.





O conteúdo temático do BOP constitui-se do relato do seu autor, o Policial Militar (normalmente o comandante da guarnição), a respeito da ocorrência. O documento pode versar, como já dito, sobre crimes ou contravenções penais, como por exemplo, lesão corporal, resistência à prisão, homicídio, perturbação do trabalho ou do sossego alheio, entre outros. Entretanto, embora a autoria seja uma marca da autoridade para o que é dito, o autor geralmente mantém relações dialógicas com enunciados já ditos (relato das partes envolvidas, de moradores, transeuntes, pessoas que estavam no local quando a ocorrência se deu etc.). Dados que podem ser observados nos exemplos das figuras 4 e 5:

**Figura 4 – Relato do Boletim 9**

por determinação do ciodes a rp [REDACTED] prosseguiu até a residencia da senhora [REDACTED] para averiguacão de agressão contra a mesma, no local citado fizemos contato com a senhora [REDACTED] e relatou que na data do dia [REDACTED] o [REDACTED] por volta de 19:00 horas o agrediu com impurrões pegou pelo cabelo e o lançou na parede, e que a senhora [REDACTED] mandou embora , relata ainda que na data de hoje o [REDACTED] iria entregar a chave da casa que o mesmo tinha levado consigo, neste momento iniciou se uma discussão gerando nova agressão, o [REDACTED] pegou um teclado e lançou na [REDACTED] atingindo o na parte do pescoço, que diante dos fato a [REDACTED] foi emcaminhada a pem com lesões no olho direito e que o acusado se evadiu antes da guarnição chegar no local

Fonte: Disponível em: <<http://delegaciaonline.sesp.es.gov.br/deon/xhtml/home.jsf>>. Acesso em: 5 ago. 2015.

**Figura 5 – Relato do Boletim 10**

POR DETERMINAÇÃO DO CIODES PROSSEGUIMOS À RUA [REDACTED], [REDACTED], RESISTÊNCIA PARA ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIA, TENDO COMO OBJETIVO VERIFICAR DENÚNCIA DE AMEAÇA, ONDE O SOLICITANTE, SENHOR [REDACTED] TERIA INFORMADO AO CIODES QUE UM SENHOR DE NOME [REDACTED] ESTARIA DE POSSE DE UMA FACA EM FRENTE À SUA RESIDÊNCIA (RESIDÊNCIA DO SENHOR [REDACTED]) O AMEAÇANDO. NO LOCAL, AVISTAMOS O SENHOR [REDACTED] EM FRENTE À RESIDÊNCIA DO SENHOR [REDACTED]. DE IMEDIATO REALIZAMOS A BUSCA PESSOAL, PORÉM NÃO FOI ENCONTRADO NENHUMA FACA. O SENHOR [REDACTED] NOS DISSE QUE O SENHOR [REDACTED] FOI ATÉ SUA RESIDÊNCIA COBRAR UMA DÍVIDA E, USANDO DE UMA FACA, REALIZOU DIVERSAS AMEAÇAS, VISANDO RECEBER A QUANTIA. O SENHOR [REDACTED], POR SUA VEZ, NOS DISSE QUE O SENHOR [REDACTED] LHE DEVE A QUANTIA DE R\$ 200,00 (DUZENTOS REAIS) E POR DIVERSAS VEZES CONVERSOU COM ELE, SOLICITANDO O PAGAMENTO, MAS, DIANTE DE VÁRIAS DESCULPAS NÃO VIU OUTRA ALTERNATIVA SENÃO IR PESSOALMENTE ATÉ À SUA RESIDÊNCIA PARA COBRÁ-LA. TENDO EM VISTA O

Fonte: Disponível em: < <http://delegaciaonline.sesp.es.gov.br/deon/xhtml/home.jsf>>. Acesso em: 5 ago. 2015.

No exemplo da figura 4, como a agressão já havia ocorrido após a chegada dos Militares, o Policial apenas informa o que foi relatado pela vítima: que já havia sido agredida e que, no “dia de hoje”, o senhor Fulano a agrediu e se evadiu do local antes da viatura policial chegar para detê-lo. Já o caso do exemplo da figura 5, o Policial, no primeiro momento, distancia-se do fato e relata a informação que obteve do Centro Integrado Operacional de Defesa Social (Ciodes); em seguida, faz o movimento contrário e relata o que ele viu e fez quando chegou ao local da ocorrência. Por fim, volta a distanciar-se e narra a versão dos fatos com base no que ouviu dos dois envolvidos.

Desse modo, os exemplos 4 e 5 mostram que os movimentos dialógicos de assimilação e distanciamento evidenciam o argumento de autoridade e sustentam o relato feito pelo Policial. São nessas inter-relações de discursos que as configurações estilístico-composicionais se manifestam enquadrando e organizando o discurso do outro no BOP.

Nesse jogo, portanto, os Policiais,

[...] ao produzirem seus textos, são levados a explorar ao máximo os recursos de linguagem que lhes ofereçam a possibilidade de se constituírem como simples ‘mediadores’ entre o público e a informação. Assim, estaria reforçada a ideologia da ‘objetividade’ e da ‘neutralidade’, tão cara a determinados tipos de texto e/ou discursos (BENTES, 2001, p. 273).

Dito isso, uma primeira conclusão a que podemos chegar é a de que é a função ou situação profissional que dá credibilidade/sustentabilidade ao discurso, ou seja, legitima o que está escrito no BOP. Pessoas civis não podem fazer esse tipo de registro, dado que inviabilizaria o documento.

Segundo Fiorin (2006), no livro *Introdução ao pensamento de Bakhtin*, o estilo “é, pois, uma seleção de certos meios lexicais, fraseológicos e gramaticais em função da imagem do interlocutor e de como se presume sua compreensão responsiva ativa do enunciado” (p. 62). Sem querer esgotar os exemplos, o autor apresenta alguns tipos de estilo. No caso do gênero aqui analisado, o estilo tende a se aproximar do objetivo-neutro. Dado compreensível em função da esfera a que o gênero pertence: a oficial.

A estrutura textual, de modo geral, não apresenta a divisão em parágrafos. Narram-se, de forma corrente, o acontecido e quais foram as medidas adotadas como desfecho da ocorrência. As orações não são muito complexas. Há predomínio das coordenadas e uso frequente dos verbos no gerúndio para marcar o tempo do ocorrido, ou seja, o caráter durativo

da ação. Nota-se também o uso de palavras e de expressões que visam atribuir ao acusado as suas ações, de modo a delimitá-lo como real autor daquela prática. É o que vemos em: “havia um rapaz com uma faca na mão, correndo” (exemplo do Boletim 8) e “sendo que dois dos indivíduos correram com armas em punho” (exemplo do Boletim 6).

Como se observam nos exemplos das figuras 6 e 7, os operadores argumentativos, marcados pelas conjunções subordinadas adverbiais conformativas, indicam a presença do discurso do outro, mas também mostram a conformidade/concordância que o Policial tem com o que foi dito: “Segundo informações de moradores, esse indivíduo teria efetuado os disparos” (exemplo do Boletim 2), “segundo o gerente e o segurança, o acusado Fulano, veio o ameaçar” (exemplo do Boletim 20).

**Figura 6 – Relato do Boletim 18**

POR DETERMINAÇÃO DO CIODES PROSSEGUIMOS À RUA [REDAZIDA] [REDAZIDA], [REDAZIDA], PARA VERIFICAR UMA TENTATIVA DE HOMICÍDIO POR ARMA BRANCA (FACA). CHEGANDO NO QTH, POPULARES NOS INFORMARAM QUE [REDAZIDA] [REDAZIDA], 25 ANOS, QUE ESFAQUEOU A VÍTIMA [REDAZIDA] [REDAZIDA], 48 ANOS, SE EVADIU DO LOCAL APÓS DESFERIR AS FACADAS, E QUE A VÍTIMA JÁ HAVIA SIDO SOCORRIDA PARA A POLICLÍNICA DE [REDAZIDA] [REDAZIDA]. PROSSEGUIMOS ENTÃO ATÉ A POLICLÍNICA DE [REDAZIDA] [REDAZIDA] E FIZEMOS CONTATO COM A VÍTIMA [REDAZIDA] [REDAZIDA], QUE SE MOSTRAVA CONSCIENTE, E QUE, SEGUNDO OS SOCORRISTAS, O SENHOR [REDAZIDA] QUE FORA ATINGIDO COM UMA FACADA NA PARTE DE TRÁS DO OMBRO ESQUERDO, NÃO CORRIA RISCO DE MORTE. POPULARES AINDA NOS INFORMARAM QUE [REDAZIDA] ESFAQUEOU [REDAZIDA] APÓS UMA DISCUSSÃO ENTRE AS PARTES ACERCA DE UM "FOGÃO". ESTIVERAM PRESENTE NA POLICLÍNICA DE [REDAZIDA] [REDAZIDA] A RP [REDAZIDA] DA DHPP, COM OS POLICIAIS CIVIS [REDAZIDA] E [REDAZIDA]. INSTA SALIENTAR QUE EM APOIO A ESTA VTR, ESTEVE PRESENTE NO QTH SUPRACITADO A RP [REDAZIDA], CPU NOTURNO.

Fonte: Disponível em: < <http://delegaciaonline.sesp.es.gov.br/deon/xhtml/home.jsf>>. Acesso em: 5 ago. 2015.

**Figura 7 – Relato do Boletim 16**

POR DETERMINAÇÃO DO CIODES A RP [REDAZIDA] PROSSEGUIU AO P.A DE [REDAZIDA] [REDAZIDA] AFIM DE VERIFICAR UM INDIVÍDUO BALEADO, AO CHEGAR AO LOCAL IDENTIFICAMOS [REDAZIDA] [REDAZIDA] DE [REDAZIDA] ANOS VULGO "DODO" ORIUNDO DO BAIRRO [REDAZIDA] QUE FOI ALVEJADO COM 01 DISPARO DE ARMA DE FOGO NO OMBRO ESQUERDO SEGUNDO O MEDICO [REDAZIDA] [REDAZIDA] CRM [REDAZIDA] QUE ATENDEU O INDIVÍDUO. E FOI POSTERIORMENTE FOI TRANSFERIDO AO [REDAZIDA] [REDAZIDA] PELO SAMU [REDAZIDA]. AO CONVERSARMOS COM A FAMILIA NINGUEM SOUBE DIZER OU PORQUE OU QUEM FOI O AUTOR DO FATO, APENAS RELATARAM QUE O FATO SE DEU NA RUA [REDAZIDA] PROXIMO AO CAMPINHO DO [REDAZIDA] NO BAIRRO [REDAZIDA]. INFORMO EM TEMPO QUE O INDIVÍDUO DE NOME [REDAZIDA] ESTAVA COM 01 TORNOZELEIRA NA PERNA DIRETA, SEGUNDO A FAMILIA O INDIVÍDUO JA FOI DETIDO POR PARTE DE ILEGAL DE ARMA DE FOGO.

Fonte: Disponível em: < <http://delegaciaonline.sesp.es.gov.br/deon/xhtml/home.jsf>>. Acesso em: 5 ago. 2015.

Como um dos objetivos deste artigo é verificar, no campo V- Histórico do BOP (ver figura 1), a construção e reconstrução, num processo de referenciação, do objeto de discurso causador do delito – “o agente”, convém esclarecer que é nesse espaço em que se registram, de forma sintetizada, todas as informações colhidas (ou verificadas pelo Policial) e necessárias para a elucidação do fato. Esse registro, apesar de possuir certa liberdade, deve ser feito de forma clara e imparcial.

Ainda é válido salientar que os Policiais Militares do Espírito Santo não possuem, na grade curricular do Curso de Formação de Soldado Combatente, a primeira forma de acesso às fileiras da PMES, uma disciplina específica para trabalhar com a escrita do BOP. O Soldado se forma sem estar seguro quanto ao que ele deve reproduzir/descrever/narrar no BOP.

Alguns professores, de forma voluntária, geralmente da disciplina de “Policimento Ostensivo Geral II”, distribuem para os alunos alguns lembretes para ajudá-los e orientá-los na produção do V – Histórico. Citemos alguns deles:

Contextualizar a ação da equipe no momento do início da Ocorrência;  
 Individualizar as ações do PM e dos envolvidos no histórico, principalmente em relação a ocorrências de confronto armado seguido de fuga.  
 Súmula Vinculante nº 11, constar no HISTÓRICO a necessidade do emprego da algema com base no perigo de agressão e possibilidade de fuga.  
 Constar no Histórico que foi lavrado o auto de resistência e autorização de entrada em residência.  
 Explicar no histórico o nascedouro da ocorrência.  
 Explicar no histórico quem achou o que, aonde e com quem?  
 Constar no histórico o prefixo das viaturas de apoio.  
 Constar que as pessoas detidas encontram-se sem lesões aparentes.  
 (informações que constam do material fornecido no curso de Formação de Soldados, 2011)

É possível perceber, a partir dos verbos “constar” e “explicar”, que essas informações servem apenas para lembrar o Policial dos dados imprescindíveis que devem constar do campo “V – Histórico”: a necessidade do uso de algemas, o prefixo das viaturas, a ausência de lesões nos detidos, etc. Além disso, o Policial é ainda instruído a explicar, nesse tópico, o nascedouro da ocorrência, quem achou o quê, onde e com quem, bem como a contextualizar a ação da equipe. Nota-se, entretanto, que, em nenhum momento o Policial é instruído a ser imparcial.

No que concerne à linguagem que o gênero deve apresentar (neutra, objetiva), não há instrução de como tratar as informações no “V – Histórico”. O Militar sai da Academia sem

ser instruído a fazer escolhas lexicais adequadas, de modo a ser imparcial diante das mais diversas e complexas ocorrências policiais.

### **O processo de referenciação e a (re)construção de objetos de discurso**

Quando se fala em referenciação, destacam-se duas linhas argumentativas para o tratamento do fenômeno. A primeira compreende as abordagens cognitivistas, que explicam o processo de referenciação a partir dos saberes compartilhados entre locutores e interlocutores; saberes dos quais dependem não só a memória discursiva, mas também “as escolhas das expressões referenciais adequadas” (MONDADA, 2005, p. 12). A segunda linha abrange as abordagens interacionistas, para as quais as práticas referenciais manifestam-se na interação social, a partir de recursos linguageiros e de práticas gestuais.

No último caso, os processos de referenciação são analisados em termos de construção de objetos de discurso (referentes) e de negociação social, sendo, pois, possível dizer que, nessa abordagem, a referenciação não está relacionada somente às propriedades de uma ligação direta com o mundo, mas também às formas como são constituídas as interações, daí a importância do contexto situacional, já que a representação pode ser alterada de acordo com o contexto. As duas perspectivas teóricas podem ser vistas na análise dos BOPs deste artigo.

Com base nos pressupostos de Mondada (2005), estudiosos da Linguística Textual de base sociocognitiva e interacional (cf. KOCH, 2009, 2002; CAVALCANTE, 2013, 2011) defendem que não existe língua fora dos sujeitos sociais. Estes não fazem suas escolhas linguísticas querendo refletir a realidade tal qual ela é, mas, pautam-nas em suas crenças, valores, atitudes e, portanto, (re)constroem os objetos de discurso na interação verbal – prática social – com o outro, no desenvolvimento do próprio discurso. Por isso, Cavalcante (2011) assinala que:

o que se entende hoje por referenciação começou quando, bem longe daqui, na Suíça, em 1994, Lorenza Mondada propôs tratar da descrição de processos discursivos que se verificam na introdução de um objeto, nos ajustes que ele sofre quando vai participando da configuração complexa de um texto e na passagem de um objeto a outro. Falava-se assim, não de referentes como entidades da realidade externa do mundo, mas de objetos de discurso, aqueles que emergem da elaboração discursiva de um saber compartilhado (p. 9).

Desse modo, o sentido das palavras não está dado e nem é algo pronto, mas é discursivamente construído e suscetível de se transformar o tempo todo, através de “escolhas [significativas] do sujeito em função de um querer-dizer” (KOCH, 2009, p. 61). Em síntese, a linguagem é dinâmica e, por isso, leva em conta um indivíduo – locutor/interlocutor – que se relaciona no/com o mundo em que vive e com o seu próprio discurso.

Nesse processo de construção e reconstrução de objetos de discurso, estão envolvidas três estratégias de referenciação, a saber: a) introdução/ativação/construção: quando algum objeto é apresentado ao leitor pela primeira vez; b) reconstrução/reativação: o objeto já introduzido é reintroduzido com as mesmas características – reativação -, ou com novas – reconstrução; e c) desfocalização/desativação: um novo objeto de discurso passa a ocupar o foco do discurso e o objeto anteriormente introduzido é retirado do foco (KOCH, 2009, p. 73).

Essas estratégias colaboram com o processo de produção e compreensão de textos. A ativação de objetos de discurso pode ser feita de duas formas: “ancorada”, quando a introdução desse novo objeto de discurso se dá associada a elementos presentes no co(n)texto; e “não-ancorada”, quando se introduz um objeto de discurso completamente novo.

Introduzidos no texto, para a manutenção e a reconstrução, os objetos de discurso apresentam-se a partir de diferentes formas: pronomes, advérbios, expressões nominais, etc. Neste texto, interessa-nos o processo de referenciação por expressões nominais, ou seja, “as formas linguísticas constituídas, minimamente, de um determinante definido seguido de um nome” (KOCH, 2009, p. 68).

Na construção textual do sentido, ou seja, no processo de (re)categorização dos objetos de discurso no interior do texto com base no material linguístico disponível, essas expressões desempenham várias funções cognitivo-discursivas: podem (re)ativar as informações na memória discursiva do interlocutor, reconstruindo e carreando informações novas sobre o objeto de discurso; podem encapsular (sumarizar) informações esparças no corpo do texto, introduzindo, mudando ou desviando o tópico; e, ainda, podem servir de orientação argumentativa ao categorizarem e/ou avaliarem a própria enunciação realizada.

## A (re)construção do objeto de discurso “agente” em BOPs

Partindo do pressuposto de que as expressões nominais referenciais são de fundamental importância para configurar ou não o estilo objetivo-neutro do gênero BOP, analisamos o campo V - Histórico abaixo, extraído de um dos BOPs que faz parte do *corpus* deste artigo.

### Figura 8 – Relato do Boletim 1

DURANTE PATRULHAMENTO NA RODOVIA [REDACTED], [REDACTED], EM UM BECO EM FRENTE AO FORRÓ DO [REDACTED] AVISTAMOS UM GRUPO DE INDIVÍDUOS EM ATITUDE SUSPEITA. NO MOMENTO EM QUE AVISTARAM OS MILITARES 2 (DOIS) SUSPEITOS ENTRARAM NO BECO QUE DA ACESSO AO ALTO DO MORRO [REDACTED], SENDO NECESSÁRIO QUE OS MILITARES DESEMBARCASSEM DA VIATURA PARA TENTAR LOCALIZAR OS INDIVÍDUOS. NO MOMENTO EM QUE FARIAMOS A INCURSÃO NA ESCADARIA 1 (UM) DOS INFRATORES FOI AVISTADO COM UMA ARMA DE FOGO EM MÃOS, APARENTANDO SER UM REVÓLVER CALIBRE .38. AO PERCEBER QUE SERIA ALCANÇADO ELE APONTOU A ARMA NA DIREÇÃO DO SD [REDACTED] E SD [REDACTED] EFETUANDO 1 (UM) DISPARO, SENDO NECESSÁRIO QUE O SD [REDACTED] REVIDASSE A INJUSTA AGRESSÃO E EFETUOU UM (1) DISPARO NA DIREÇÃO DO AGRESSOR, PORÉM, O INDIVÍDUO CONSEGUIU FUGIR NÃO SENDO LOCALIZADO PELOS MILITARES NEM A SUA ARMA FOI ENCONTRADA. O NUMERO DA PISTOLA DO SD [REDACTED] É [REDACTED].

Fonte: Disponível em: <<http://delegaciaonline.sesp.es.gov.br/deon/xhtml/home.jsf>>. Acesso em: 5 ago. 2015.

Nesse BOP, vemos que o objeto de discurso “agente” é construído pela expressão “um grupo de indivíduos”, a qual não se relaciona a nenhum elemento anteriormente mencionado. O objeto de discurso é, portanto, introduzido pela primeira vez a partir de uma expressão nominal referencial indefinida. O Policial, pelo fato de não conhecer realmente “o agente”, acaba por apresentá-lo ao leitor de forma indefinida, sem muitas características.

Logo em seguida, observamos que aparecem as expressões “2 (dois) suspeitos” e “os indivíduos”, anáforas diretas, utilizadas para retomar o mesmo objeto de discurso. No entanto, observa-se que tais expressões ganham um novo atributo, tendo em vista que, os “indivíduos”, que apenas estavam em fundada suspeita, entram no beco, após avistarem os Policiais, para não serem mais vistos e/ou alcançados por eles.

Com a constatação de que um dos “indivíduos” está portando uma arma de fogo em sua mão, o Policial, então, reconstrói o objeto de discurso para “1 (um) dos infratores”,

sugerindo, pela própria definição da palavra “infrator”, que esse “indivíduo” infringiu uma lei ou uma norma: andar armado.

O objeto de discurso, entretanto, é novamente reconstruído após efetuar um disparo de arma de fogo contra os Policiais. Aparece como “agressor”, aquele que tentou agredir fisicamente alguém. A ocorrência termina com o insucesso na detenção desse “agente” agressor que, por não ter tido sua identidade revelada, mas por ter tomado uma atitude individualizada, foi reconstruído por uma expressão nominal definida: “o indivíduo”.

Verificamos, então, que, apesar de a palavra “agressor” aparentar ter uma valoração pejorativa, o seu uso nesse e nos demais BOPs é justificado pela necessidade que o Policial tem de definir, com base no que viu ou no que lhe foi relatado, quem agrediu alguém (aí resta configurado a sua qualificação como “acusado”) e quem foi agredido. Com isso, podemos dizer que a reconstrução do “agente” se deu de forma objetiva e imparcial.

Na figura abaixo, apresentamos, de forma resumida, o resultado das análises de como o objeto de discurso “o agente” é construído e reconstruído (retomado) em cada um dos BOPs que compõe o *corpus* deste artigo. Vejamos:

**Figura 9 – Construção e reconstrução do objeto de discurso “agente” em BOPs**

	INTRODUÇÃO DO OBJETO DE DISCURSO	RETOMADA
BOLETIM 1	Um grupo de indivíduos	dois suspeitos / os indivíduos
BOLETIM 2	Um dos infratores	do agressor / esse indivíduo
BOLETIM 3	Três ocupantes	dois desses ocupantes
	Sr. Fulano de Tal	o abordado / o jovem
	Pelo sr. Beltrano de Tal	os acusados / o acusado
	O sr. Cicrano de Tal	os acusados
BOLETIM 4	O sr. Fulano de Tal	seu companheiro (3 vezes) / o conduzido
	Do sr. Fulano	o suspeito
BOLETIM 5	A pessoa de Fulano	Fulano
BOLETIM 6	Três indivíduos	dois dos indivíduos
BOLETIM 7	Indivíduos	01 (um) indivíduo / do suspeito Fulano / (vulgo Fulano capeta)
BOLETIM 8	Um rapaz	o cidadão / o abordado / o autor / o detido
BOLETIM 9	O Sr. Fulano	Fulano / Fulano / o mesmo / Fulano / acusado
BOLETIM 10	2 (dois) indivíduos	nos dois / o jovem Fulano
	O outro abordado	os dois abordados / os dois
BOLETIM 11	Um sr. de nome Fulano de Tal	O sr. Fulano / o sr. Fulano/ o sr. Fulano
BOLETIM 12	O acusado	o acusado (2 vezes)
BOLETIM 13	Dois indivíduos	aos cidadãos / os dois menores / os menores / os dois
	O condutor do veículo	o menor
BOLETIM 14	Pelo sr. Fulano	ao condutor
BOLETIM 15	Dois indivíduos	dos abordados
	Fulano	o carona Fulano / o condutor
BOLETIM 16	O autor	
BOLETIM 17	Um indivíduo	ao suspeito
BOLETIM 18	Fulano	Fulano
BOLETIM 19	Quatro indivíduos	do cidadão de nome / os outros três abordados / todos os abordados
BOLETIM 20	O empregado Fulano	o acusado Fulano

Como se pode observar, os dados mostram claramente que as escolhas feitas pelos Policiais trazem aos leitores informações importantes sobre a ocorrência, auxiliando-os, inclusive, na construção de sentidos.

As expressões nominais referenciais mais utilizadas como forma de introdução do objeto de discurso são: “o indivíduo”, “o suspeito”, “a pessoa de”, “o cidadão”, “o senhor...” e “o ocupante”. Verificadas em dicionários (cf. CALDAS AULETE, HOUAISS), tais formas são caracterizadas a partir dos seguintes significados:

- a) **indivíduo**: homem, sujeito; pessoa de quem não se sabe o nome;
- b) **suspeito**: que desperta suspeita, de que se desconfia;
- c) **pessoa**: indivíduo da espécie humana, homem ou mulher;
- d) **cidadão**: indivíduo que é membro de um Estado; habitante de uma cidade;
- e) **senhor(a)**: tratamento de respeito para homens/mulheres; homem/mulher não determinado(a); qualquer pessoa adulta;
- f) **ocupante**: pessoa que ocupa.

Verifica-se, portanto, que as expressões nominais usadas para construir/introduzir o “agente” não carregam valoração pejorativa, atribuída pelo Policial. Há, desse modo, um cuidado ao se referir ao indivíduo de quem, no início da ocorrência, apesar de estar em fundada suspeita, não se sabe o nome, nem a confirmação de sua atuação em algum delito.

As formas mais utilizadas para reconstruir/retomar o “agente”, também consultadas nos mesmos dicionários, apresentam as seguintes considerações:

- a) **agressor**: que agride física ou moralmente, que ataca, que hostiliza, que provoca; que cometeu agressão contra alguém;
- b) **abordado**: que se abordou;
- c) **acusado**: que sofreu acusação; que foi apontado, denunciado, revelado;
- d) **conduzido**: que se conduziu, levado, transportado;
- e) **autor**: pessoa que faz, realiza, comete, um ato ou fato; pessoa que pratica um crime ou contravenção;
- f) **detido**: que foi impedido; preso.

O que chama a atenção nos BOPs é que a (re)construção/retomada dos objetos de discurso se dá à medida que os Militares tomam conhecimento dos fatos de que o “agente” é acusado, é apontado como autor. Esse processo não se dá de forma aleatória, mas de posse das

informações e/ou constatações. Dados que conferem ao texto do relato maior precisão e objetividade.

Com base nas expressões nominais referenciais usadas em grande parte dos BOPs analisados, é possível observar que não há prejulgamento ou atribuição de culpa antecipada e precipitada. Nota-se, portanto, um cuidado (inconsciente, já que nos cursos não há instrução de como proceder) em não caracterizar o “agente” de forma culposa, até que se constate algo concreto ou que as partes, solicitante e vítima, digam o que aconteceu e imputem a alguém a autoria de algum delito.

Nesse sentido, as análises revelam a importância do modo de (re)construção de objetos de discurso por meio das expressões nominais referenciais em BOPs, considerando-se a imparcialidade ao retratar o “agente” causador do delito de algumas maneiras.

A título de esclarecimento, convém dizer que alguns indivíduos não são chamados pelos nomes de registro. Na comunidade na qual estão inseridos, eles possuem apelidos, até mesmo para não serem identificados pela Polícia ou pegos em escutas telefônicas. E é por esse motivo que, em alguns BOPs, os Policiais informam os apelidos que o “agente” possui, a exemplo do vulgo Luan Capeta (que consta de um dos BOPs analisados).

Diante do exposto, podemos considerar que as expressões usadas na construção/reconstrução do objeto de discurso “agente” em BOPs da PMES tendem a ser neutras e objetivas. O Policial busca, ao utilizar o discurso do outro – solicitante, pessoas que passavam pelo local, Cíodes, testemunhas – aproximar-se desses discursos de forma imparcial, embora não tenha tido instruções de como fazer isso.

### **Considerações finais**

Levando-se em conta que a linguagem é uma atividade discursiva que se efetiva na interação verbal entre sujeitos, este artigo teve como um dos propósitos analisar as marcas – ou não – de imparcialidade por meio da utilização de expressões nominais referenciais no processo de (re)construção do objeto de discurso “agente” em BOPs da PMES.

Além disso, com base no conceito de gênero proposto por Bakhtin e pelo Círculo, pôde-se caracterizar o gênero BOP e verificar que sua emergência advém como uma reação-resposta a outro enunciado: as demandas da sociedade; e que a sua principal finalidade é levar

à autoridade competente a notícia de algum crime, ou seja, ser uma reação-resposta ativa daquele que o confeccionou.

Em termos da estrutura composicional, tanto a folha 1 quanto à 2 que compõem o BOP apresentam campos pré-determinados, dado que mostra certa rigidez em sua produção. O conteúdo temático, por sua vez, diz respeito ao relato do Militar que tenha atuado na ocorrência. O estilo se enquadra no objetivo-neutro, dada a esfera em que o gênero se insere, a oficial.

As análises permitiram constatar que as expressões nominais referenciais usadas na construção e reconstrução do objeto de discurso “agente” pelos Policiais em BOPs não apresentam marcas de valoração pejorativa, nem de incriminações precipitadas. Pelo contrário, as formas utilizadas carregam o valor de suas raízes – indivíduo, abordado, detido, conduzido, o que aponta para a imparcialidade, objetividade e neutralidade do gênero. Além disso, observamos que o uso dessas expressões tem significativa importância para a progressão textual e, por conseguinte, para a compreensão, por parte do leitor (o delegado, o juiz etc.), dos sentidos do texto.

Como última observação, convém ressaltar que este estudo pretende auxiliar no ensino do gênero BOP para Policiais Militares da PMES, nas Academias de Polícia, buscando a conscientização dos Policiais de como suas escolhas linguísticas influenciam diretamente na objetividade-neutralidade do gênero BOP e na imparcialidade dos Militares em relação aos acontecimentos de que tomaram conhecimento e/ou presenciaram.

## Referências

ALKIMIN, H. R. de. **Boletim de Ocorrência**: uma arena discursiva em exame. 000f. Tese (Doutorado). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

AULETE. **Dicionário Caldas Aulete**. [online]. Disponível em: < <http://www.aulete.com.br/> >. Acesso em: 5 ago. 2015.

BAKHTIN, M. M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 4. ed. Trad. de Paulo Bezerra. São Paulo: Forense-Universitária, 2008.

\_\_\_\_\_. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006.

\_\_\_\_\_. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BENTES, A. C. Linguística Textual. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, v. 1, 2001. p. 245-285.

BRAIT, B.; PISTORI, M. H. C. A produtividade do conceito de gênero em Bakhtin e o círculo, *Alfa*, São Paulo, 56(2), p. 371-402, 2012.

CAVALCANTE, M. M. **Referenciação: sobre coisas ditas e não-ditas**. Fortaleza: UFC, 2011.

\_\_\_\_\_; LIMA, S. M. C.. **Referenciação: teoria e prática**. São Paulo: Cortez, 2013.

COSTA, M. I. P.. **Estudo preliminar da terminologia empregada pela Polícia Civil do RS no Boletim de Ocorrência Policial**. 306f. Dissertação de Mestrado em Estudos da Linguagem, Faculdade de Letras da UFRGS, Porto Alegre, 2009.

COSTA, S. R. **Dicionário de gêneros textuais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

DEON. **Delegacia online**. [online]. Disponível em: <http://delegaciaonline.sesp.es.gov.br/deon/xhtml/home.jsf>. Acesso em: 5 ago. 2015.

FIORIN, J. L. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2006.

HOUAISS. **Grande dicionário Houaiss da língua portuguesa**. [online]. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/>>. Acesso em: 5 de ago. 2015.

KOCH, I. G. V. **Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

\_\_\_\_\_. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 2002.

LIMA, D. G. G. **(Re)construção do objeto de discurso “agente” em boletins de ocorrência: há ou não imparcialidade?** 38f. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 2014.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. **Construction des objets de discours et catégorisation: une approche des processus de référenciation**. Paris: Travel, 2003(1995).

MONDADA, L. A referência como trabalho interativo: a construção da visibilidade do detalhe anatômico durante uma operação cirúrgica. In: KOCH, I. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 11-31.

MEURER, J. L.; MOTTA-ROTH, D.; BONINI, A. (Orgs.). **Gêneros: teorias, métodos e debates**. São Paulo: Editora Parábola, 2005.

RODRIGUES, H. R. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola, 2005. p. 152-183.

ROJO, R. H. R. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In: **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola, 2005. p. 184-207.

TRISTÃO, R. M. de S. **O Boletim de Ocorrência sob o aspecto da dêixis de base espacial como processo de instauração e manutenção de referência**. 141f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.